

A mãe das Inteligências

Luis Carlos Guedes

Abin

Introdução

A segmentação do mercado levou a indústria da informação a procurar atender a tudo e a todos, se possível individualmente. São exemplos as bancas de jornal e a TV a cabo. Alguém já se dispôs a contar quantos títulos são expostos numa banca? E a TV a cabo, com capacidade instalada no Brasil de oitenta, cem ou mais canais disponíveis para o assinante e ainda em expansão, sem que se saiba onde vai parar?

Informação seja ela qual for não é mais só “um produto”. Isso significa que não cabe mais encará-la com uma mentalidade da “era industrial” em que a linha de montagem prevalecia e a quantidade era a meta. Informação é “serviço” e é parte da “era da informação”, pós-industrial.

Produto “se fabrica” e “se vende”. Serviço é disponibilizado e colocado à venda para ser “utilizado”. Seu foco é a qualidade. Em se tratando de informação da Inteligência, o conceito e a abordagem são ainda mais evidentes.

Premissas Básicas

A primeira premissa estabelece “um” entendimento para INFORMAÇÃO¹:

¹ É, de fato, um. Há vários conceitos e definições, mas, para o propósito deste trabalho, adotamos esses.

Informação é todo dado, notícia, fato, sinal, obtido por intermédio dos sentidos ou de aparelhos acústicos, óticos, elétricos, eletrônicos ou outros meios.

A segunda, “um” entendimento para CONHECIMENTO:

Conhecimento é toda informação passível de ser percebida, aprendida e analisada pela mente humana.

Inteligência

No idioma português, o vocábulo “Inteligência” tem significado específico ligado à facilidade de aprender ou resolver novas situações que se apresentam. Do inglês, veio o entendimento conectando a palavra aos serviços especializados em atividades sigilosas de obtenção de informações e denominado serviço de informações. Ambos, na atualidade, são adequados e podem ser utilizados sem que se perca o sentido do termo. Podemos empregá-los para qualificar Atividade de Inteligência (Atv I), Órgão de Inteligência (OI), Serviço de Inteligência (SI), Agência de Inteligência (AI).

A matéria-prima com a qual trabalham órgãos e pessoas ligadas aos serviços de Inteligência é a “Informação”. O produto final que possui valor agregado pela metodologia específica, resultante do trabalho de todos que se envolvem no processo da produção de um conhecimento de Inteligência, também é “Informação”.

Mantendo a coerência de raciocínio, vejamos o conceito:

Atividade de Inteligência (Atv I): É uma atividade especializada, de caráter sigiloso, permanentemente exercida com o objetivo de produzir conhecimentos de interesse do cliente/usuário/consumidor.

Portanto, trata-se de atividade especializada e sigilosa, cuja finalidade é atender à demanda específica.

Princípios básicos da atividade de Inteligência

Os princípios básicos que regem a produção de Inteligência, qualquer que seja o campo de atuação, devem ser aplicados na justa medida, de modo a evitar que a ênfase em um deles acarrete prejuízo na observância dos demais. São eles:

ï Segurança

Em todas as fases de sua produção, a informação deve ser protegida de modo que o acesso a ela seja limitado apenas a pessoas credenciadas.

ï Clareza

A informação deve ser expressa de forma a ser imediata e completamente compreendida pelos usuários.

ï Amplitude

A informação produzida sobre fato, tema ou situação deve ser a mais ampla possível – mas também sintética – a fim de facilitar seu entendimento.

ï Imparcialidade

A informação difundida deve ser pertinente e isenta de idéias preconcebidas, subjetivismos e outras influências que gerem distorções em sua interpretação.

ï Objetividade

A informação deve ser produzida de modo a atender objetivos definidos, a fim de minimizar custos e riscos desnecessários.

ï Oportunidade

A informação deve ser produzida dentro de prazos que assegurem sua utilização completa e adequada.

ï Utilidade

A informação produzida por um OI, de qualquer natureza, tem de ser útil e deve ser transformada em ação. Não existe a informação pela informação.

ï Exclusividade

A informação oriunda de um OI deve ser exclusiva. Neste caso, não tem o mesmo significado do “furo jornalístico”. Um assunto, mesmo conhecido, pode ser abordado sob vários ângulos: seja em razão de uma fonte exclusiva, seja a partir de uma relação com outro tema ainda não abordado, seja a partir de determinada perspectiva de assunto ou cenário em andamento. Fornecer à autoridade assessorada algo de novo é o objetivo. Sem estas características o conhecimento oriundo de um OI perde a razão de ser.

Finalmente, há uma especificidade da Inteligência que pode ser considerada como princípio essencial:

CONVICÇÃO

AS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS POR UM OI

“EXPRESSAM A CONVICÇÃO DO ÓRGÃO QUE A PRODUZIU”.

Em regimes democráticos, essas informações não podem ser usadas como evidência em tribunais.

Desse fator resulta a diferença básica para a “investigação policial”, cuja finalidade é reunir provas e evidências para validar ações na Justiça e da Justiça. A polícia pode – e deve – fazer uso dos recursos e técnicas de Inteligência – as operacionais em especial –, mas deve fazê-lo por meio de unidades específicas, com finalidade bem definida e para conhecimento de clientela restrita. Deve, também, incorporar a idéia de que “quem levanta não prende”².

Para manter a coerência da abordagem do assunto, é importante assimilar o seguinte conceito:

Informação de Inteligência: é o conhecimento integrado, sigiloso, obtido por intermédio de metodologia específica, resultante da coleta ou busca, processamento e análise de todas as informações obtidas pertinentes a determinado assunto.

A especificidade da inteligência

O fator prevalente para a produção do conhecimento é o interesse ou a necessidade do cliente. Quem deve definir seu interesse ou necessidade é o cliente e não a Inteligência.

Outro aspecto que caracteriza a Atv I é que a informação produzida necessariamente deve conter algum conhecimento ou dado que o cliente só encontrará ali.

Essa assertiva é feita levando-se em conta o fato de que, em sua origem, a Atividade de Inteligência existia essencialmente

² Isso significa que os integrantes de OI que prestam apoio ao processo de investigação, por segurança, devem ter sua identidade preservada.

para fins militares. Quando se adotou, em inglês, o termo *Intelligence* em lugar de *Information*, sinalizou-se aos usuários e ao público em geral, que o produto resultante daquela atividade especializada era sigiloso, havia sido “fabricado” sob encomenda e sob medida, utilizando-se de matéria-prima oriunda de várias fontes – muitas delas abertas, outras sigilosas, algumas exclusivas, umas poucas exóticas e, às vezes, clandestinas –, e era destinado à clientela restrita.

Assim não fosse, qualquer informação resultante de trabalho mental, calcado em metodologia específica, aliada a um processamento lógico, seja opinião, seja análise de um fato qualquer – a imprensa está cheia de gente muito competente que faz isso todos os dias – poderia ser qualificada como produto de Inteligência.

O que é um órgão de Inteligência

Um órgão ou uma unidade de Inteligência é uma entidade cuja missão é prestar serviço sigiloso – especializado – para clientela específica. Seu foco, por isso, deve estar voltado para a qualidade, a oportunidade e a utilidade.

Quem trabalha nesta área deve entender que os clientes do sistema ao qual pertencem – principais ou intermediários – têm outros conhecimentos que, agregados à Inteligência, lhes darão melhores condições para a tomada de decisões dentro de seu nível de competência.

Aí reside outro aspecto capital para a atividade: a informação visa a gerar ação. No caso, pode vir a transformar-se em “decisão de nada fazer”, que, apesar da aparência, é ação.

Campo de atuação

Assim como outros conceitos e atividades, o vocábulo Inteligência estendeu-se além de sua acepção ou relevância iniciais. Modernamente, o termo e seu significado adquiriram ampla abrangência. Assim, ouvimos falar de Inteligência competitiva, empresarial, financeira, previdenciária, policial e outras tantas que existem ou que queiram inventar.

Apesar da parafernália de nomes e empresas que ocupam cada vez mais espaço no mercado da informação, no setor público e privado, todas têm como finalidade fornecer informação processada para seu cliente ou clientes.

Da mesma forma, todas têm origem na “Mãe das Inteligências”, a Inteligência Militar que, sistematizada em princípios e metodologia surgida durante a II Guerra Mundial, consolidou-se no período pós-guerra.

O quadro da página trinta e quatro (34) mostra que a percepção das “várias Inteligências” é só questão de adaptação.

Ao serviço de Inteligência de Estado – de qualquer Estado – compete avaliar conjunturas, identificar temas ou áreas de conflitos (reais ou potenciais) e assinalar tendências, de modo a criar as melhores condições para tomada de decisão de natureza política, estratégica, ou ambas. A análise da personalidade de pessoas e o acompanhamento de suas atividades, em especial aquelas com potencial de liderança e influência, é outra tarefa que deve receber atenção.

Excetuando-se fenômenos de natureza física – no campo da meteorologia, por exemplo – todos os demais, sejam de natureza política, social ou econômica, em geral, têm em sua origem, meio ou fim, pessoas que tomam decisões em seu nome ou representando interesses diversos cujo alcance pode resultar em ameaças em nível local, regional ou mundial.

Há uma gama de possibilidades de situações³ com grande potencial para gerar conflitos que permitem aos governantes estabelecer foco, tarefas e missões para seus OI. Em todas elas haverá – sempre – lideranças e agentes de influência conduzindo o processo de desestabilização decorrente.

Finalidade da informação de Órgão de Inteligência (OI)

A principal finalidade da informação produzida por um órgão de Inteligência é preencher lacunas existentes no conhecimento do usuário, com a finalidade de permitir tomada de decisão em melhores condições. Essa será alcançada somente se for entregue ao usuário algo que ele só encontrará no documento produzido pelo seu OI.

É uma ilusão pretender ser “a fonte” do conhecimento. O tal “dado negado”⁴, por sua vez, está mais para “não encontrado em tempo útil”. Hoje, o problema é o excesso de informação e de fontes, o que gera dificuldade de selecionar aquilo que interessa.

E, pior, de modo geral, seja no Brasil ou no exterior, políticos não têm a menor idéia de como usar um de seus mais importantes instrumentos para a ação, a “Inteligência de Estado”.⁵ A conseqüência surge quando há uma crise. Neste caso, sempre aparece alguém para acusar “falha da Inteligência” ou o oposto: “precisamos melhorar nossa Inteligência”.

³ Agressões ao Meio Ambiente; Conflitos Étnicos e/ou Religiosos; Desemprego; Disputa por Recursos Hídricos; Fome; Fontes de Energia; Ideologia; Movimentos migratórios; Narcotráfico/ Narcosubversão; Proliferação de Armas; Superpopulação; Terrorismo.

⁴ Qualquer dado, de interesse do órgão de inteligência, que esteja sendo protegido por quem o detém.

⁵ Compete à Inteligência de Estado, em qualquer nível, prestar serviço especializado, de caráter confidencial, para clientela específica, com foco voltado para objetivos políticos e estratégicos de governo.

Estratégia e estratégico

Estratégia: [Do gr. *strategía*, pelo lat. *strategia*.] S. f. ⁶

- Arte militar de planejar e executar movimentos e operações de tropas, navios e/ou aviões, visando a alcançar ou manter posições relativas e potenciais bélicos favoráveis a futuras ações táticas sobre determinados objetivos.

- Arte militar de escolher onde, quando e com que travar um combate ou uma batalha. [Cf., nesta acepç., *tática* (2).]

- P. ext. Arte de aplicar os meios disponíveis com vista à consecução de objetivos específicos.

- P. ext. Arte de explorar condições favoráveis com o fim de alcançar objetivos específicos.

- Fig. Fam. V. *estratagema* (2).

Estratégico: [Do gr. *strategikós*.]; Adj. ⁷

- Relativo a *estratégia* (1 a 4)

- Em que há *ardil*; *ardiloso*, *astucioso*, *manhoso*.

Ardil: [Do cat. *ardit*, ‘empreendimento guerreiro’, com dissimulação.]; S. m.

- Meio *astucioso* a que se recorre para *burlar* alguém; *estratagema*, *ardileza*.

- *Armadilha*.

⁶ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio eletrônico**; Século XXI. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Lexicon Informática, 1999. 1 CD-ROM.

⁷ *Ibid.*

Conforme nos indica o texto do dicionário Aurélio, transcrito acima, o sentido original dos termos era restrito ao campo militar. Como aconteceu com o vocábulo inteligência, seu entendimento evoluiu e popularizou-se, a ponto de ser utilizado, de modo geral, com o significado de a forma como se vai alcançar determinado objetivo.

O adjetivo derivado, “estratégico”, passou a relacionar-se com as idéias de “sutileza”, “ardil”, “astúcia”.

Os termos “estratégia” e “estratégico”, normalmente, estão relacionados ao mais alto nível de direção de um Estado, de uma empresa ou de uma organização e diz respeito à maneira adotada para atingir os objetivos almejados.

Deve-se ter em mente que nenhuma informação,
por si só, é estratégica.

A decisão tomada em função dela – vinculada ao
nível de quem decide – é que pode ser qualificada
como estratégica.

Assim, se Inteligência é atividade naturalmente vinculada aos tomadores de decisão, a INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA indica o nível mais alto da atividade, ou seja, produção de conhecimentos destinados a fundamentar decisões políticas e estratégicas na organização, na empresa ou no governo.

A política – definindo o “que fazer” – relaciona-se estreitamente com a estratégia – que vai definir o “como fazer”. A Inteligência pode apontar caminhos para a política e facilitar a execução de ações.

Considerações finais

O processo de produção do conhecimento de inteligência, em sua essência, assenta-se em duas fases principais: coleta (busca) e análise. Não cabe à Inteligência o papel de observar e comentar, mas sim antecipar (alertar) e proteger. Persuadir o usuário de que ele deve aceitar o alerta não é papel da Inteligência.

Não é possível antecipar tendências e perceber intenções “em fatos e acontecimentos”. Pessoas, grupos de pessoas, representando toda gama de interesses produzem “fatos e acontecimentos” e, por isso, não se faz Inteligência sem o conhecimento de quem está à frente, no meio ou por trás das ocorrências de natureza política, social ou econômica.

Informar para alertar é um processo repetitivo e não deve terminar até que o usuário esteja convencido de que a ameaça é real ou até que ele a rejeite definitiva e claramente. O convencimento deve ser buscado por meio da agregação de mais dados/informações convincentes sobre a possibilidade de uma ameaça transformar-se em realidade. Caso isso não seja feito, criam-se condições para uma tomada de decisão errada ou, ainda, uma não-decisão.

A autoridade usuária, por sua vez, deve entender que “ignorar alertas da Inteligência é de sua exclusiva responsabilidade”. A informação de Inteligência tem por objetivo preencher lacunas de conhecimento a fim de permitir melhores condições para uma tomada de decisão.

Todo e qualquer órgão de Inteligência, privado ou estatal, é seletivo – em função da quantidade e da linha de ação pretendida – nas informações que coloca no mercado. Não há como mudar esta situação cuja tendência é a de ser mais seletiva. Em termos percentuais relativos, a realidade demonstra que, cada vez mais, saberemos menos. É o paradoxo do conhecimento de nossos dias,

que pode ser parcialmente resolvido definindo-se objetivos claros e precisos para a busca da informação.

Essa visão e necessidade, até agora, têm-se revelado tarefa quase impossível para os políticos, os governos e, em especial, os governantes. Aqui, acolá e alhures. Faltam: foco, objetivos claros, definição de limites e, principalmente, o porquê da necessidade da informação. No mundo *on-line* da atualidade, os fatos, normalmente, atropelam as intenções, as previsões, os planos, as estimativas.

A Inteligência – isso deve ser muito bem entendido – é atividade incerta. Por melhores que sejam as fontes, por mais bem preparados que sejam seus “operadores”, na maioria das vezes ninguém pode garantir que a informação A ou X ou Y ou Z é “exata”. Seguramente, todavia, ela é honesta, imparcial e representa convicção – persuasão íntima – do analista e, por conseqüência, do OI que a produziu/disseminou.

Se a atividade de Inteligência funciona em razão de trabalho integrado de equipe, tomar decisões é ato solitário e indivisível. Quando a decisão não resulta em algo positivo ou for qualificada de errada, não se deve imputar culpa ou justificá-la com base em possíveis “falhas da Inteligência”. Muitas delas são, na realidade, falhas políticas.

Por sua vez é difícil aceitar a tese de “erro (ou falha) da inteligência” pois entendo que ela não falha por impossibilidade física, isto é, por não ter o poder de decidir.

Ao decisor que tem o apoio de um OI, seja na empresa ou no governo, cabe a responsabilidade de avaliar, julgar e decidir diante das informações que chegam a seu conhecimento. Na medida em que a informação produzida pela Inteligência de Estado deve ter como finalidade principal gerar ação de governo, há risco permanente de “tiro n’água” e conseqüências inesperadas.

O detentor do poder político, que o exerce em nome da lei, tem a obrigação, a todo o momento, de tomar decisões que, em função de seu nível de autoridade, terão maior ou menor alcance político ou estratégico. Quem decide pode cometer erros. Quem não decide já está errando. No caso de política ou estratégia governamental, com muito mais razão, há que haver decisões, pois a inércia acaba minando a credibilidade de qualquer governo, caso que torna a situação pior. É assim que é e vai continuar sendo, cada vez mais ...

Decisões, de qualquer natureza, são tomadas diante de muita certeza e pouca informação, ou de muita incerteza e muita informação. O vice-versa também é válido. Tomada a decisão, qualquer que seja, TUDO, a partir daquele momento, é INCERTO. Cada nova situação decorrente deve ser resolvida caso a caso, por novas decisões. Daí a necessidade de planejamento, *follow up* e competência.

De um modo ou de outro a realidade sempre é capaz de surpreender. Esta constatação é real em nível pessoal ou corporativo ou empresarial ou governamental. Variará o alcance das conseqüências.

Produzido com critério, competência e honestidade – outras premissas essenciais – o conhecimento disponibilizado ao cliente pelo seu OI estará calcado em dados processados, mas que nem sempre corresponderão a uma “verdade”. Nos dias atuais, qualquer cliente da Inteligência ou autoridade assessorada que se vale *apenas* dos conhecimentos por ela produzidos para tomar decisões está dissociado da realidade.

Solução? No momento, não tenho e nem conheço quem a tenha. Creio que a tendência é de agravamento da situação. Em nossos dias e para qualquer futuro imaginado, haverá mais informação disponível com a conseqüente diminuição da capacidade de administrar este fato.

Creio também, assim como os navegadores dos séculos XV e XVI, que souberam achar o rumo certo nos oceanos sem fim de outrora, que haverá de surgir outra criação humana que permitirá a descoberta do rumo certo no mar sem fim que é a Informação neste início de século.

PERCEPÇÃO DAS “VÁRIAS INTELIGÊNCIAS”

CAMPOS DE ANÁLISE ESPECÍFICOS DA ÁREA MILITAR	RESULTARAM NAS CORRELAÇÕES ABAIXO OU OUTRAS QUE QUISEREM INVENTAR			
Compete à <u>Inteligência Militar</u> , em qualquer nível, analisar e avaliar os aspectos abaixo listados	Inteligência COMPETITIVA	Inteligência MÉDICA	Inteligência EMPRESARIAL	Inteligência POLICIAL
<u>TERRENO:</u> Área de Operações provável ou ativada: todos os aspectos com vistas, principalmente, ao levantamento de facilidades e obstáculos ao movimento da força amiga e da oponente.	Mercado interno ou externo	Ser humano e ambiente	Mercado específico	Sociedade e ambiente de atuação
<u>INIMIGO:</u> Poder de combate, localização, personalidades.	Concorrência	Doença	Concorrente	Criminoso de qualquer nível ou natureza
<u>CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS:</u> Interferência das condições climáticas na condução das operações da força amiga e da oponente.	Legislação, sistema Judiciário e políticas de governos nacionais ou não.	Legislação, sistema Judiciário e políticas de governos nacionais ou não.	Legislação, sistema Judiciário e políticas de governos nacionais ou não.	Legislação, sistema Judiciário e políticas de governos.

Referências bibliográficas

BERKOWITZ, Bruce D.; GOODMAN, Allan. **Strategic intelligence for American National Security**. Pricenton: Pricenton University Press, 1989.

CEPIK, Marco Aurélio Chaves. **Serviços de Inteligência: agilidade e transparência como dilemas de institucionalização**. 2001. Dissertação (Doutorado em Ciência Política), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio eletrônico**; Século XXI. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Lexicon Informática, 1991. 1 CD-ROM.

KENT, Sherman. **Strategic intelligence for american world policy**. Princeton: Princeton University Press, 1949.

PLATT, Washington. **A produção de informações estratégicas**. Tradução de Heitor de Aquino Ferreira e Álvaro Galvão Pereira. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

STEELE, Robert David. The intelligence community as a new market: open sources solution. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM: national security & national competitiveness: open source solutions proceedings, 2., 1993. Washington, DC. **Anais eletrônicos ...** Washington, DC.: [s.ed.], 1993. Disponível em: <http://www.oss.net/dynamaster/file_archive/040320/6f5883043671c1d1406424641cca53bs/0551993-01-31.pdf> Acesso em: 15 out. 2005.

UNITED STATES ARMY. Intelligence preparation of the battlefield. In: ————. **FM 34-3 intelligence analysis**. Washington, DC.: U. S. Army, 1986. cap. 4.

WARNER, Michael. **The office of strategic services: america first intelligence agency**. Washington, DC.: Central Intelligence Agency, 2000.